

Um outro Brasil é Possível! Um outro DF é possível!1

– Conjunturas internacional, nacional e local

As crises que se sucedem no mundo ao longo de séculos – sobretudo no sistema capitalista – ganham atualmente contornos mais dramáticos. Segundo a ONU, cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada e 811 milhões estavam na extrema pobreza, em 2020. Enquanto isso, o clube de bilionários continua se expandindo à custa da exploração da mão de obra e da intensa desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Para aprofundar a destruição dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e atacar os instrumentos de organização, como sindicatos, partidos e movimentos populares, se apoiando em valores antissociais e antiéticos como o individualismo e os preconceitos de raça, cor, religião, sexo, gênero e orientação sexual, a extrema direita avançou em vários continentes, elegendo governos intolerantes, antidemocráticos e que colocam milhões de pessoas em condições de total vulnerabilidade pela política que aplica: contrarreformas, sucateamento e sucessivas tentativas de destruição do serviço público, precarização das condições de trabalho, aumentados preços dos alimentos e combustíveis entre outras. E o negacionismo desses governos que se recusaram a aplicar medidas como testagem em massa, distribuição de EPIs, auxílio emergencial que permitisse ao povo o direito de ficar em casa e se resguardar do risco de contaminação, aumento das frotas de ônibus, entre outras medidas, aliado ao desmonte dos serviços públicos, em destaque a saúde pública, foi responsável pela morte de milhares de pessoas na pandemia de Covid-19, sendo que o Brasil e os EUA, especialmente na gestão de Trump, acumulam mais de ¼ das mortes por coronavírus no mundo!.

Já as guerras híbridas e os movimentos separatistas patrocinados pelos EUA têm gerado crises e conflitos armados em todo o mundo. O mais recente é a guerra entre Rússia e Ucrânia, com indistiguíveis interesses econômicos e bélicos, sobretudo de expansão da Otan sobre o Leste europeu. É imperioso que as nações se unam pelo fim da guerra não só na Ucrânia, mas também na África e no Oriente Médio, e pelo acolhimento humanitário dos refugiados.

A América Latina tem retomado a agenda de desenvolvimento inclusivo elegendo governos progressistas (o último foi na Colômbia). E há grande expectativa de o Brasil consolidar essa agenda política na Região, elegendo Lula presidente e recolocando o país no centro dos debates da superação da pobreza, da preservação ambiental, entre outros. São pautas intrinsecamente ligadas à superação do capitalismo e à edificação de uma sociedade socialista.

O Brasil vive uma crise profunda com mais de 33 milhões de pessoas passando fome e quase 11 milhões de desempregados. A taxa de desocupação mínima na última década foi de 4,3%, no governo Dilma (2014), e a máxima de 14,9%, no governo Bolsonaro (2021). Aliado a isso, a inflação galopante contribui com o arrocho salarial e agrava a carestia da população de rua. Essa situação é provocada pelos imperialismos que querem a manutenção do nosso país como colônia, se limitando a um exportador de commodities (soja, minérios etc) com menor valor agregado.

O desmonte do Estado brasileiro teve início no pós-golpe de 2016 e se aprofundou na gestão de Jair Bolsonaro. A privatização de empresas públicas (Embraer, Eletrobras e subsidiárias da Petrobras); o desmonte dos marcos e das agências ambientais, estimulando a violação e a exploração econômica em reservas ambientais e indígenas; a retirada de direitos da classe trabalhadora com as reformas trabalhista e previdenciária; a instituição do Teto de Gastos (Emenda 95), impedindo novos investimentos em saúde e educação por 20 anos, impuseram pobreza ao povo e mais concentração de renda aos ricos.

Além de aprofundar a crise econômica e social, o governo Bolsonaro investe na desestabilização da democracia com frequentes ataques às instituições e sucessivas ameaças de golpe. Também está envolvido em diversos casos de corrupção com participação direta de membros da família do presidente. É um contexto em que as instituições cada vez mais demonstram a sua falência, essa podridão é responsável pelo crescimento do discurso religioso fundamentalista e cúmplice da maciça presença de militares na administração pública.

É por este motivo que assistimos conflitos violentos e ao aumento dos assassinatos no campo, com a ofensiva do governo e do latifúndio que desferem ataques aos povos originários. Os brutais

assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips são expressão do avanço predatório das madeiras, mineradoras e do agro, sob as bênçãos e proteção do governo Bolsonaro. Este governo de extrema direita, junto com o Congresso Nacional, continuou atacando os sindicatos e a organização dos trabalhadores (o que reforça a necessidade da retomada do debate nos sindicatos de dispositivos próprios de segurança) além de dificultar a manutenção financeira das entidades e aprofundar a reforma trabalhista, que resultou no aumento do desemprego, na precarização e redução dos salários e direitos.

As eleições de 2022 terão caráter plebiscitário e é necessário somar esforços para a construção dos Comitês Populares e das Brigadas Digitais propostas pela CUT, visando derrotar o governo de Bolsonaro, capacho do imperialismo, porque queremos um governo democrático popular que revogue as contrarreformas trabalhista e da previdência, o orçamento secreto, o congelamento dos gastos sociais e todos os ataques aos direitos da classe trabalhadora. A reestatização das empresas estatais e o fortalecimento das que continuam sendo públicas já que são fundamentais para o projeto de desenvolvimento soberano. A política de preços imposta à Petrobras, que beneficia acionistas em detrimento da população é inadmissível. Queremos uma Petrobras 100% estatal! Queremos também avançar na conquista de outras pautas que até hoje não foram atendidas como: as reformas agrária, política, da mídia, entre outras. Por isso, não se trata apenas de uma vitória eleitoral que necessitamos, precisamos verdadeiramente lutar por uma democracia de fato para reconstruir e transformar o Brasil. Afinal, essa instabilidade atual, provocada pelas atuais instituições quando romperam o pacto democrático e colaboram para o desmonte do Estado em curso, afronta a soberania popular e só favorece os golpistas, saudosos da tirania militar.

Em nível do DF, as eleições de 2018 não foram diferentes do restante do país. A negação da política, o enxugamento do Estado e a criminalização dos partidos de esquerda foram os pontos centrais. O atual governador, Ibaneis Rocha, surfou nessa onda, atrelando sua candidatura à de Jair Bolsonaro. Ainda hoje, os discursos e as práticas administrativas continuam semelhantes entre os dois.

No início da pandemia da Covid-19, Ibaneis, aliado de Bolsonaro, acertou em adotar as orientações da OMS, mas posteriormente cedeu às pressões do governo federal e do comércio local. Hoje, o DF ultrapassa 750 mil pessoas contaminadas e 11 mil mortes por coronavírus.

Além do descaso com a saúde, o governo distrital não deu a devida atenção às demais áreas da administração, em especial à educação, à segurança, à mobilidade urbana e ao histórico déficit habitacional. A educação tem sido alvo de severos ataques, através de parcerias público-privadas, de militarização das escolas, jogando por terra a construção histórica do projeto de Gestão Democrática. O servidor público, inclusive aposentado, é penalizado com a precarização do trabalho, o arrocho salarial e o aumento da contribuição previdenciária. O governador não repôs as perdas salariais, não realizou concurso público com vagas que atendam à carência existente e aumentou a taxa da contribuição que retira mensalmente 14% dos salários, uma perversidade diante das perdas salariais superiores que atingem 50%.

Tal como em nível nacional, o momento no DF exige a unidade da classe trabalhadora para frear as políticas de Estado mínimo e para inaugurar um projeto que contemple os diversos setores da sociedade, assegurando desenvolvimento, emprego e oportunidades para todos.

2 – Em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada

A retomada do neoliberalismo no Brasil, sobretudo a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95, rompeu com diversos compromissos sociais, especialmente com a educação. O PNE e os planos subnacionais tiveram suas metas quase todas abandonadas pela contenção dos investimentos públicos e pelos sucessivos cortes orçamentários. Só neste ano, as universidades e os institutos federais sofreram contingenciamento de R\$ 3,2 bilhões (o governo estuda reduzir em 50% esse valor) e a área de Ciência e Tecnologia perdeu outros R\$ 3 bilhões, ao mesmo tempo que são revelados esquemas de corrupção envolvendo o MEC.

Os ganhos advindos com a aprovação do novo Fundeb estão em risco tanto em função dos cortes em programas suplementares do MEC (transporte, merenda, material didático e formação profissional) quanto pela abertura do Fundo público à iniciativa privada. A Lei 14.276, entre outras coisas, autorizou o repasse de recursos do Fundeb para instituições de ensino Sistema S.

Também a partir de 2016, a educação passou a perder sua principal fonte extra de recursos conquistada com a descoberta do pré-sal. A Lei 12.351, aprovada no governo Lula, destinou todos os recursos advindos da comercialização da União no pré-sal ao Fundo Social. Do total, 50% eram para financiar o cumprimento das metas do PNE. Ocorre que duas leis posteriores alteraram o montante e a partilha dos recursos do Fundo Social (leis 13.586/2017 e 14.052/2020), reduzindo as verbas da educação. Agora, o governo Bolsonaro propõe aca-bar de vez com o Fundo Social, por meio do PL 1.583/2022.

Além desses ataques, a recente Lei Complementar 194 – que limita a alíquota do ICMS sobre combustíveis e outros produtos – retirará mais de R\$ 25 bilhões da educação, tendo o governo vetado os dispositivos que previam compensação da União a estados, DF e municípios para cumprimento dos pisos constitucionais de educação e saúde em 2022. Situação essa que comprometerá não apenas os investimentos nas redes de ensino, mas o próprio custeio das escolas e a remuneração dos profissionais da educação.

Os ataques do governo Bolsonaro à educação – muitos corroborados por prefeitos e governadores, a exemplo de Ibaneis, no DF – não se restringem à pauta orçamentária. Há uma disputa ideológica e de projeto de sociedade que tem causado muitos prejuízos à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Ibaneis, soldado de Bolsonaro, iniciou a implementação do Novo Ensino, militarizou as escolas, atrasou o repasse do PDAF entre medidas para aplicar a velha e conhecida fórmula “sucatear para privatizar”. Destacamos as principais medidas governamentais de ataque à educação, contra as quais o Sinpro-DF se soma à luta da CNTE e de outras entidades e sindicatos da educação do país, destacam-se:

1. A militarização escolar: fomentada pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim), essa política visa pretensamente combater a violência escolar. Porém, na prática, tem sido responsável (a) por agressões de militares a estudantes e profissionais da educação dentro das escolas, (b) por restrições a direitos individuais e perseguições a grupos sociais (LGBTQIA+ e afrodescendentes), (c) por evasão escolar decorrente das “transferências” de estudantes que não se enquadram nos padrões de disciplina militar, (d) por prioridades de investimento nas escolas militarizadas em detrimento das demais unidades públicas, (e) além de comprometer gravemente os princípios da pluralidade, da laicidade e da democracia escolar. Recentemente, o Ministério Público do Distrito Federal revisou sua posição em relação às escolas cívico-militares, orientando o fim dos convênios com as áreas militares na rede educacional do DF. O Sinpro-DF apoia essa orientação e cobrará do governo Ibaneis a destituição dos acordos.

2. A educação domiciliar (*homeschooling*): a Câmara Distrital aprovou o projeto em 2020 e o Sinpro-DF ingressou com ação judicial por falta de previsão legal para entes subnacionais legislarem sobre a matéria. Em maio último, a Câmara dos Deputados aprovou alterações na LDB visando recepcionar a educação domiciliar na legislação nacional. O projeto está em discussão no Senado e os trabalhadores em educação são contrários ao homeschooling. Além de atacar princípios da pluralidade de saberes, da formação humanística e cidadã e de respeito às diversidades, a educação domiciliar expõe crianças a abusos domésticos e cria novas atribuições e despesas aos sistemas de ensino para monitorar as matrículas domiciliares, retirando recursos que deveriam ser empregados na qualidade da escola pública.

3. A Escola sem Partido (Mordaça): há projetos tramitando nas câmaras federal e distrital com o objetivo de restringir os conteúdos curriculares e subordiná-los inteiramente às preferências ideológicas dos pais. Ademais, a proposta estabelece verdadeira perseguição a determinados conteúdos pedagógicos, a exemplo da identidade de gênero. O STF tem julgado inconstitucionais as leis estaduais e municipais que tratam do assunto, e o homeschooling tem servido de alternativa aos grupos reacionários que defendem a mordaça escolar.

4. A reforma do ensino médio e a privatização da educação pública: o Sinpro-DF se manterá engajado na luta contra a implementação do novo ensino médio, dado que essa política é extremamente prejudicial para os estudantes e para a escola pública. Além de limitar conteúdos e de não garantir o acesso a todos os itinerários formativos, o NEM foca a automação e a privatização da educação, a desqualificação da profissão docente (introduzindo o Notório Saber), a demissão de professores e funcionários das escolas públicas, substituindo o compromisso do PNE de expansão da Escola Integral pela educação a distância e por convênios precários com instituições não necessariamente educacionais, com o fito de reduzir despesas estatais com a educação, inclusive diminuindo a demanda na universidade pública, condicionando a juventude das classes

populares a ocupações de baixa remuneração.

3 - Organização e estrutura sindical

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal sempre pautou a sua luta em defesa da escola pública, gratuita, inclusiva, integral, democrática, laica e socialmente referenciada, com autonomia e independência frente aos governos de plantão. Além das pautas específicas da educação e da categoria, o Sinpro-DF se mantém engajado nas lutas contra as políticas neoliberais de expropriação, privatização e supressão de direitos da classe trabalhadora e da sociedade.

Mais uma vez, o Brasil atravessa um período de intensos ataques ao Estado Democrático de Direito e à classe trabalhadora. São investidas arquitetadas pelos setores reacionários que chegaram ao poder com o golpe de 2016 e que têm a missão de substituir o modelo de “Estado de Bem-Estar Social” pelo “Estado Mínimo”, através da imposição de um projeto ultraconservador e neoliberal voltado aos interesses do capital nacional e internacional.

Os direitos trabalhistas conquistados nas últimas décadas e os direitos cidadãos presentes na Constituição Federal de 1988 têm sido os alvos prioritários. Muitos, inevitavelmente, foram destruídos com as contrarreformas trabalhista e previdenciária, de cunho neoliberal. Sob o pseudo argumento de combater o desemprego no país, a reforma trabalhista flexibilizou conquistas e implementou novas relações de trabalho extremamente desvantajosas para os(as) trabalhadores(as), como o contrato intermitente. Na Previdência, os déficits originados pela má gestão pública permitiram aprovar confiscos aos ativos e aposentados, através da EC 103, posteriormente replicada nos estados, DF e municípios que possuem regimes previdenciários próprios.

Parte significativa das reformas no mundo do trabalho se deve à revolução digital em curso, que também afeta o setor educacional. As plataformas via internet ganham cada vez mais espaço e o capital ávido por maiores ganhos investe na desregulamentação do trabalho e na potencialização da mais valia. Se, por um lado, é preciso adaptar as relações de trabalho na indústria 4G, por outro, isso não pode representar a aniquilação de direitos da classe trabalhadora. Na educação, especificamente, o empenho do governo federal (e estaduais/distrital) em disponibilizar parte significativa dos currículos a distância, coloca para os sindicatos a tarefa, primeiro, de rechaçar peremptoriamente a oferta escolar não presencial e, num segundo momento, de negociar os limites, formas e condições de trabalho para os profissionais que executam atividades não presenciais. Em relação às pautas do Sinpro com o GDF, importante mantê-las dentro das condições estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação, sobretudo no que se refere à equiparação salarial do magistério com outras categorias do serviço público com mesmo nível de escolaridade. Transcorridos sete anos de vigência do PDE, os(as) professores(as) continuam entre os que possuem menor remuneração na estrutura organizativa do GDF por nível de formação profissional.

Outra demanda importante para a qualidade da educação e para assegurar direitos à categoria refere-se à necessidade de ampliação de contratos efetivos, através de concursos públicos. Atualmente, apenas 57,6% da rede pública escolar é composta por profissionais concursados. Mais de 40% são temporários e ficam submetidos a contratos precários. Mesmo Sinpro mantendo a representação dos profissionais temporários, importante avançar na pauta da ampliação do concurso público, pois garante estabilidade, acesso ao plano de carreira e à aposentadoria pelo regime próprio do GDF, além de significar melhores condições de trabalho aos profissionais da educação.

Sindicalização e negociação coletiva

Passada mais de uma década da aprovação da Convenção 151 da OIT, que versa sobre o direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública, a legislação não foi regulamentada para que esse direito se cumpra de fato. A negociação coletiva no serviço público é outro ponto pendente de efetividade. Por outro lado, a estabilidade do servidor continua sendo atacada, mais recentemente pela PEC 32, que versa sobre a reforma administrativa. A proposta do governo Bolsonaro tramita na Câmara dos Deputados e, caso seja aprovada, permitirá ampla e irrestrita terceirização dos serviços públicos à iniciativa privada, com consequente demissão em massa de servidores. A estabilidade será totalmente flexibilizada!

O direito de greve no serviço público continua mitigado e pendente de regulamentação, sendo que os projetos de lei no Congresso são altamente prejudiciais para os servidores, que têm atuado através de suas entidades representativas para impedir suas aprovações. As punições a trabalhadores(as) grevistas e condenações

judiciais de dirigentes sindicais continuam sendo realidades no país, embora cada vez mais denunciadas em âmbito da OIT e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Os ataques aos sindicatos, sobretudo na vigência de governos autoritários, se dão de inúmeras formas, especialmente para inviabilizar financeiramente as instituições. A reforma trabalhista acabou com o imposto sindical – meio de sustentação de muitos sindicatos da iniciativa privada – e a MP 873, de 2019, tentou impedir o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento dos servidores. Por pressão dos sindicatos, a MP de Bolsonaro caducou e não foi votada pelo Congresso. Não satisfeito, o governo editou o decreto 9.735/2019, vetando o desconto na folha de pagamento de contribuições sindicais dos servidores da União. A questão foi judicializada, porém inspirou vários projetos de lei e propostas de emenda à Constituição que tratam da “reforma sindical”. Todos têm como “sugestão” limitar as formas de arrecadação dos sindicatos, via descontos de consignações em folha de pagamento.

3 - Plano de Lutas

Para viabilizar o Plano de Lutas para o próximo período, será necessária uma mobilização permanente na base e na sociedade, com o Sinpro se mantendo atuante nas escolas revitalizando as plenárias sindicais, com os gestores e gestoras escolares. Sempre que necessário, as paralisações da nossa força de trabalho deverão acontecer para ampliar direitos e impedir retrocessos.

Lutas gerais

- Defesa da democracia com eleições livres e diretas. Fora Bolsonaro e Fora Ibaneis;
- Lutar para garantir governos e parlamentos com representações populares, progressistas e da classe trabalhadora;
- Apoiar os Comitês Populares de Lutas e as Brigadas Digitais da CUT para defender a democracia e a soberania do país, além dos direitos sociais da classe trabalhadora;
- Revogação da Emenda Constitucional 95;
- Revogação das reformas trabalhista e previdenciária;
- Contra a PEC 32 (Reforma Administrativa);
- Lutar contra a fome e a miséria;
- Lutar pela soberania do Brasil e contra as privatizações das empresas públicas (Petrobrás, Bancos Públicos, Correios, universidades e outras);
- Defesa da Petrobrás 100% estatal, para que a nossa riqueza seja para o desenvolvimento do país em investimento em serviços públicos (educação, saúde, tecnologia, reforma agrária e urbana, etc.);
- Defesa das populações indígenas, das comunidades quilombolas, das mulheres, das populações negras, das pessoas com deficiência, das juventudes, dos idosos, das crianças e dos adolescentes e das comunidades LGBTQIA+;
- Defender os povos da América Latina e do Caribe contra todas as formas de opressão por parte do imperialismo estadunidense.

Lutas educacionais

- Em defesa da educação pública e de seus profissionais;
- Pelo cumprimento das metas dos Planos Nacional e Distrital de Educação;

- Defesa do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério;
- Por mais vagas nos concursos públicos para contratação imediata de professores efetivos!
- Contra a militarização das escolas - reversão imediata das escolas militarizadas, a educação domiciliar (*homeschooling*), a Lei da Mordaça (Escola sem Partido) e a privatização da educação pública;
- Pelo direito a uma escola laica, democrática e que respeite a diversidade racial, religiosa, de gênero e de orientação sexual – pelo acolhimento sem preconceitos de LGBTQIA+;
- Pela revogação da reforma do Ensino Médio e BNCC;
- Pela aprovação do Sistema Nacional de Educação e o Custo Aluno Qualidade;
- Defesa da Educação Escolar Presencial e da profissão docente, contra a precarização, a ter-ceirização, a desprofissionalização e a superexploração do trabalho docente;
- Pela ampliação da educação integral à luz do Plano Distrital de Educação;
- Plena efetividade à Gestão Democrática do Ensino Público, com autonomia financeira e política, conforme a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012;
- Investir em políticas públicas e democráticas de segurança nas áreas escolares;
- Pela ampliação do Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária (PDAF);
- Contra a superlotação das turmas escolares que prejudica a qualidade do ensino e o trabalho docente;
- Lutar por concurso público;
- Lutar por segurança sanitária nas escolas.

Lutas Econômicas

- Recomposição salarial oriunda dos sete anos sem reajuste;
- Aplicação da Meta 17 do PDE, garantindo a isonomia entre os trabalhadores em educação com outras áreas com nível de escolarização equivalente;
- Incorporar aos salários todas as gratificações devidas;
- Luta permanente pela atualização do auxílio alimentação e plano de saúde;
- Garantir conquistas para os(as) aposentados(as) e contratos temporários.

Proponente: Diretoria Colegiada do Sinpro-DF